

LICENÇA

Copyright (c) 2022 Wallace Roza Pinel



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Fonte:

<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2299>.

Referência

ROZA PINEL, Wallace. O conservadorismo religioso e sua influência na educação de populações de baixa escolaridade. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 8, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.23899/relacult.v8i1.2299>. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2299>. Acesso em: 21 out. 2022.

O conservadorismo religioso e sua influência na educação de populações de baixa escolaridade

Walace Roza Pinel¹

Resumo

Este texto se propõe a uma discussão acerca da expansão das igrejas neopentecostais no Brasil e sua influência na Educação, procurando destacar aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação brasileira, como a história do ensino religioso; o crescimento da população que se declara evangélica; as influências da cultura popular sobre as práticas religiosas e finalmente a discussão sobre a Teologia da Prosperidade do ponto de vista político e pedagógico. Para dar cabo desta intenção, houve recurso à pesquisa bibliográfica e revisão de literatura. Constatou-se o quanto é avassaladora a influência do pensamento conservador e neopentecostal na Educação e público de baixa escolarização.

Palavras-chaves: Ensino Religioso; Políticas Públicas de Educação; Neopentecostalismo

1. Introdução

Inicia-se a discussão procurando retomar às origens do Ensino Religioso no Brasil e abranger sua relação com as políticas públicas voltadas à área da Educação Básica e, em especial, para a população de baixa escolarização, com isso. Portanto, em sintonia com o que preconiza Saviani (2012), a política educacional será tratada como as decisões que o Estado toma em relação à educação, em que abordar os seus limites e perspectivas implica examinar o alcance das medidas educacionais tomadas pelo Estado brasileiro.

Compreendemos que a prática religiosa deve ser entendida como elemento constitutivo humano e direito inalienável (RÊSES; PINEL, 2018), contudo é necessária a problematização quando ela se vincula ao espaço escolar e envolve determinada orientação religiosa, vinculando a antiga tríade Política-Estado-Religião, agora com o novo ingrediente da força política evangélica.

Na Cidade do Vaticano foi firmado o acordo entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica (Estado do Vaticano) que, entre outras medidas de cunho administrativo e jurídico, estabelece as relações entre ambos, autorizando o ensino confessional nas escolas públicas da Educação Básica, o que na prática permite que o currículo e as práticas da disciplina Ensino Religioso” sejam vinculados diretamente à determinados credos e expressões religiosas. Ximenes (2017) observou que algumas religiões (cristãs) podem ter privilégios em relação às outras. Nesse caso, há uma falsa ideia de que os estudantes e pais podem escolher a religião

¹ Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) com estudos na área de: Educação; Periferias Urbanas e Religião, licenciado em Pedagogia. Pesquisador do Grupo de Pesquisas Consciência e Pós-Populares (CAPES/CNPq). Atualmente, Professor de Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal e Tutor EaD do curso de Pedagogia do CEaD/UnB. E-mail: walaceroya@gmail.com

do ensino, o que viola o pluralismo, a liberdade religiosa e os direitos das minorias em cada escola.

Assim, observamos a inegável ligação no ensino religioso naquele momento (e ao longo da história pregressa) com a Igreja Católica, por conta do acordo celebrado entre o Estado brasileiro e o Estado do Vaticano, governado pelo Papa Católico, sendo este chefe de Estado vitalício escolhido por meio de uma votação (conclave), numa autocracia, em que concentra todos os poderes (executivo, legislativo e judiciário).

Assim, após breve demonstração das relações entre Estado(s), políticas de educação e movimentos religiosos organizados, o texto traz a problematização do Ensino Religioso no Brasil, com inicial influência da Igreja Católica, até a contemporaneidade e a consolidação da força política e ideológica evangélica, com sua forte inserção na população de baixa renda e baixa escolaridade.

2. Breve história do ensino religioso no Brasil: da colonização à contemporaneidade

As bases do Ensino Religioso no Brasil estão ligadas ao processo colonizador brasileiro. Inicialmente, a cargo dos Jesuítas se tratava de um plano de dominação cultural, social e econômica, o qual utilizava a educação formal como modo de conquistar um poder político e territorial catequizando, por meio do ensino das letras e da Bíblia, as populações originárias e posteriormente a população negra. Conforme nos aponta Borin (2018), no período da monarquia, se considerar a segunda etapa do processo do Ensino Religioso no Brasil, o entendimento dessa disciplina, conforme a determinação oficial do Império, é que deve ser ofertada a partir da fé expressada pela Igreja Católica Apostólica Romana.

A religião passa a ser um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, concorrendo para o fortalecimento da dependência ao poder político por parte da Igreja. Dessa forma, a instituição eclesial é o principal sustentáculo do poder estabelecido, e o que se faz na Escola é o Ensino da Religião Católica Apostólica Romana (BORIN, 2018, p. 14).

Por meio das Reformas Pombalinas (1549 – 1822), Portugal (Brasil) tenta avançar na separação entre Estado e Religião, trazendo avanços às políticas públicas no campo da Educação no Brasil, procurando “profissionalizar”, em alguma medida o exercício do magistério “laico” - como por exemplo a escolha de professores por meio de concurso público. Tais movimentos não surtiram o efeito esperado, logo, o movimento articulado das forças católicas retoma de seu espaço político-social-econômico, inclusive e especialmente

sobre a Educação, que ocorre em 1777 com a morte de D. José I e a readmissão da Companhia de Jesus na educação brasileira.

O ensino da Religião é questão de cumprimento dos acordos estabelecidos entre a Igreja Católica e o Monarca de Portugal. As leis, decretos e instruções em geral põem em primeiro plano a evangelização dos gentios. O caráter disciplinador de toda Catequese concorre para a transmissão de uma cultura que visa à adesão ao catolicismo (JUNQUEIRA, 2013, p. 02).

Sob inspiração do positivismo francês a Constituição de 1891 defendia a separação aparente do Estado e da Religião, especialmente da Igreja Católica. A norma institui o reconhecimento exclusivo pelo Estado do casamento civil, a secularização dos cemitérios e finalmente determina a laicidade nos estabelecimentos de ensino mantidos pelos poderes públicos (Cury, 2001). No período do Estado Novo (1937 – 1946) a Igreja Católica aproximou-se do governo e, por meio do Decreto nº 19.941/31, retornava o Ensino Religioso às escolas públicas, sob forma de disciplina curricular, de modo facultativo nos estabelecimentos educacionais de nível primário, secundário e no normal (formação de professores). Observamos desse modo que desde a colonização, passando pelo Brasil Imperial e chegando no Brasil Republicano, a Igreja Católica sempre teve seus espaços dentro das salas de aula (BORIN, 2018).

Durante o período da ditadura civil-militar (1964–1985) o ensino religioso era compreendido como um mecanismo de controle social por meio da ideologia pedagógico-religiosa-conservadora, em que estimulava valores do patriotismo; ressaltando a obediência irrestrita e passiva às autoridades civis, militares e eclesiásticas. Nesse período, houve novamente uma reaproximação explícita entre Estado e Igreja Católica (conservadora), sendo a Educação Moral e Cívica uma ferramenta a veicular as ideias das instituições (Estado; Militares e Igreja) disseminando-a formalmente no espaço da escola.

Cabia à Igreja a função de ensinar os preceitos morais, tão importantes para a consolidação das forças militares. A responsabilidade eclesial era estimular e desenvolver nos estudantes o seu caráter (...). Os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente. Assim, o Ensino Religioso passa a ter uma finalidade muito clara, que é tornar um cidadão capaz de cumprir com suas obrigações, não desrespeitando as autoridades e vivendo os valores da sociedade. Sua metodologia consiste em estimular a vivência de valores espirituais e morais, combatendo toda forma de subversão, civil ou religiosa (BORIN, 2014 p. 26)

Após 1985, no período intitulado como redemocratização, conhecemos as bases políticas e sociais para uma nova Constituição Federal (1988), articulando um novo período

na educação brasileira, especialmente com a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9394/96), a qual em seu artigo 33 aborda o tema da religião de forma ambígua (BRASIL, 1996). Logo veio a Lei Federal nº 9475/97 para estabelecer o caráter não dogmático da proposta, procurando fortalecer uma perspectiva inter-religiosa em seu projeto pedagógico, entretanto, não define com clareza a metodologia a ser adotada assim como a formação dos profissionais que ministrarão as aulas, apresentando de forma propositalmente vaga quais conteúdos serão ministrados nas aulas.

Entretanto, em 2010, com a promulgação do acordo entre o Estado do Brasil e o Vaticano (Igreja Católica) novamente as instituições religiosas cristãs demonstram sua força junto ao Estado. Em perspectiva, naquele ano já podíamos observar a “judicialização da política”, como prenúncio do *lawfare state*, condição em que as principais decisões do Estado ficam a cargo do poder judiciário, em detrimento do parlamento e do Poder Executivo.

Com isso a Procuradoria Geral da República, após a assinatura do acordo, ingressa com um recurso junto ao Supremo Tribunal Federal de modo a questionar a constitucionalidade do ato, defendendo judicialmente a laicidade e especialmente procurando afastar o proselitismo na Educação Básica, por meio do ensino confessional, que na prática representa a promoção explícita de determinada religião (cristã, em sua maioria) no espaço escolar formal.

Nesse sentido, observamos a contradição, que permeia a laicidade da Educação Básica, em que apesar de “laica” se torna legalmente permitida no Brasil a oferta de determinado ponto de vista religioso, em detrimento de outras possibilidades. Neste momento, destacamos a força da Igreja Católica (conservadora), e especialmente a partir do século XX o crescimento populacional, político e econômico do neopentecostalismo e suas bases, sob a chamada Teologia da Prosperidade, e o ensino religioso na Educação Básica, especialmente na escola pública, com a materialidade da prática pedagógica e curricular abordando o pensamento cristão como ideologia extraoficial do Estado brasileiro.

Em sessão plenária realizada na tarde desta quarta-feira (27), o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4439 na qual a Procuradoria-Geral da República (PGR) questionava o modelo de Ensino Religioso nas escolas da rede pública de ensino do país. **Por maioria dos votos (6 x 5), os ministros entenderam que o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras pode ter natureza confessional, ou seja, vinculado às diversas religiões.** (STF, 2017, s.p, grifo nosso)²

² Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=357099>. Acesso em 12 jun 2021.

A partir das eleições de 2018, com a chegada ao poder de um bloco ultraliberal representado pelo presidente Jair Bolsonaro (2019), observamos na educação brasileira, de forma inédita, uma vinculação aos novos atores emergentes no chamado “populismo de direita” e não mais unicamente à Igreja Católica, mas com um protagonismo dos grupos evangélicos conservadores, aliados aos militares e ao agronegócio, na chamada Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia.

Após essa breve interlocução, utilizando o Ensino Religioso como pano de fundo para a discussão da influência da religião especialmente suas instituições oficiais no Brasil, com a influência secular católica gradualmente perdendo força junto às forças políticas e em consequência sobre as políticas educacionais, as quais, nesse início de século parecem incorporar no cenário político a presença do pensamento evangélico e sua gradual influência sobre a escola, nos planos político, pedagógico e econômico.

Dito isto, apresentaremos o crescimento populacional ligado às pessoas que professam a fé evangélica e suas interfaces com a educação, procurando discutir seus espaços e dimensões sociais.

3. Crescimento da população neopentecostal, influência e avanço evangélico na educação brasileira

Após o panorama inicial, no Brasil, observa-se um expressivo número de pessoas que se declaram católicas (maioria religiosa), conquanto, aponta-se um declínio contínuo do seu contingente populacional ao longo do século XXI. Assim, podemos observar o expressivo número de 42 milhões de habitantes (IBGE, 2010) que se declararam pertencentes às correntes protestantes evangélicas e evangélicas (neo) pentecostais. Neste sentido, o exponencial crescimento deste segmento populacional sinaliza um crescimento orgânico, estrutural e sistemático.

Segundo Collin (2019), desde a reforma protestante e calvinista, concordando com Weber (1987), o pensamento protestante está intimamente ligado a ascensão e legitimação teológica e moral de uma nova classe dominante, a burguesia e seu modo de produção, o capitalismo. Assim, de acordo com Rolim (1987) o pentecostalismo é uma religião *nascida do protestantismo no começo deste século e, como uma religião cristã, possui pontos em comum com o catolicismo*, entretanto diferencia-se em sua ritualística: não celebra missas; não possui os sete sacramentos e não possui imagens em seus templos.

Ainda em Rolim (1987), observa-se que além da queda no número de fiéis da Igreja Católica, houve queda também das correntes protestantes “tradicionais”. A partir desta

diversidade institucional e pluralidade interna há que se falar em pentecostalismos, pois além de elevado número de igrejas existentes e concorrentes, há grande variação doutrinária, ritual, litúrgica, organizacional (governo eclesiástico), comportamental e estética nesse meio religioso. Apesar da grande diversidade de correntes tendências e lideranças, podemos afirmar que há uma espinha dorsal no movimento, composta por 5 principais denominações.

Por ordem decrescente, as cinco denominações apresentaram as seguintes taxas médias de crescimento anual entre 1991 e 2000: **Igreja Universal (25,7%), Deus é Amor (18,4%), Evangelho Quadrangular (17,7%), Assembleia de Deus (14,8%) e Congregação Cristã no Brasil (4,8%)**. A Universal obteve, disparado, o maior êxito numérico neste período, ao passo que a Congregação Cristã, a primeira igreja pentecostal fundada no país, ficou na lanterna, com performance bem inferior a das demais. Entre 1980 e 1991, a taxa de crescimento anual dos pentecostais foi de 7,1%. Entre 1991 e 2000, chegou a 8,3%, o que representa uma expansão quatro vezes maior que a da população brasileira no período. **Mas sua expansão conversionista enfrenta barreiras de classe.** (MARIANO, 2008, p. 70, grifo nosso)

Em relação à questão de classe social, segundo referencial de análise do mesmo autor, as denominações acima listadas parecem se encontrar no que ele chama de “igrejas de massa”, assim denominadas por priorizarem o segmento populacional menos escolarizado, periférico, concentrando-se preferencialmente na chamada “base” da pirâmide social das periferias nas regiões metropolitanas. Nesse sentido podemos perceber claramente a convergência com o público de baixa escolaridade, fortemente influenciado pela cultura pentecostal, conforme nossa observação empírica em salas de aula.³

As populações das classes médias urbanas são atendidas pelas Igrejas pentecostais que reduzem e flexibilizam suas regras comportamentais como as denominações: Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra e Bola de Neve. Contudo, em regra geral se mantém segmentadas não sendo consideradas “igrejas de massa”.

Retomando o ponto de vista sobre as taxas de crescimento deste grupo religioso exponencial (igrejas de massa) e como incidem nas taxas de escolarização destas populações, os altos índices de pobreza, desemprego, desigualdade social, criminalidade, violência, precariedade e informalidade no mercado de trabalho tornam o Brasil terreno fértil para a disseminação da prática pentecostal.

A vulnerabilidade e o desespero de grandes contingentes populacionais, em especial das mulheres pobres e mais ainda das negras pobres, vítimas de discriminações de

³ O autor deste texto tem experiência de docência em turmas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

gênero e raça, sem dúvida facilitam seu trabalho e ampliam sua probabilidade de êxito. Mas seu sucesso proselitista não depende da existência de tais problemas em si mesmos, e, sim, justamente de sua elevada capacidade de explorá-los, oferecendo recursos simbólicos e comunitários para seus fiéis e potenciais adeptos lidarem com eles (MARIANO, 2004, p. 71)

Em resposta, antagonizando com a chamada Teologia da Libertação⁴, propagada por membros da Igreja Católica, surge a chamada “Teologia da Prosperidade”, expandido especialmente com o chamado evangelismo midiático, o qual constitui o mais poderoso meio para atrair e recrutar rapidamente elevado número de adeptos, por sua inigualável capacidade de introduzir-se diariamente nos lares, o evangelismo eletrônico. Vinculada especialmente ao neopentecostalismo, a Teologia da Prosperidade tem sua ênfase não apenas na transformação da vida em sua essência transcendental e espiritual, mas volta-se às transformações no estilo de vida ligado especialmente aos padrões de consumo, apela grandemente para as carências e necessidades do mundo real, no qual o sucesso é medido pela abundância e pelo consumo, onde pecado e graça são definidos, respectivamente, por pobreza e riqueza (GARRARD-BURNETT, 2011).

Concordamos com a análise de Rolim (1987), quando afirma que na formação histórica da classe trabalhadora brasileira o pentecostalismo depois neopentecostalismo) incide como fator crucial de influência social e política a penetrar nas camadas urbanas empobrecidas das periferias urbanas.

O pentecostalismo brasileiro, de origem estadunidense, chega, aparentemente, dissociado das práticas sociais e políticas em seu discurso. Enquanto os protestantes tradicionais (batistas, presbiterianos, luteranos) se dirigiam às camadas médias urbanas, os pentecostais foram diretamente às camadas empobrecidas e nelas, inicialmente, eles vão recrutar as pessoas para os cargos de pastores e auxiliares (PINEL; RÊSES, 2021).

No passado assim como hoje dada a profusão de cultos e correntes, fora das chamadas “igrejas de massa”, ou mesmo das correntes protestantes tradicionais, às quais tinham suas próprias escolas de formação de pastores, equivalentes aos cursos superiores em Teologia, os pentecostais não tiveram uma escola de formação de seus pastores e membros centrais de suas estruturas organizativas, sendo sua formação “em serviço” com a prática dos cultos, a leitura pessoal da Bíblia e principalmente a pregação.

O que em princípio poderia ser uma desvantagem, tendo em vista uma possível baixa escolarização de seus quadros, rapidamente ajudou a disseminar no seu campo de

⁴ Corrente teológica cristã propagada a partir da Conferência de Medellín, parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres.

atuação a sensação de pertencimento que esta proximidade trazia às comunidades, ou seja, o líder religioso (padre ou pastor) não era alguém “de fora”, mas sim trabalhadores da própria comunidade que “falavam a língua do povo”.

A maioria dos seus adeptos não possuía curso médio para receber ensinamento mais elevado. Mas tinha uma coisa interessante, tinha uma **cultura popular oral**. Enquanto em outras Igrejas só podia pregar o pastor, porque tinha estudado, nas pentecostais pregavam tanto o pastor como o simples crente. Isso significava que a cultura popular era canalizada para o pentecostalismo, não sendo absorvida por outras correntes. Com essa abertura inusitada, antigos tiradores de novenas, rezadores de promessas, benzedoras, uma vez convertidos tornam-se lideranças pentecostais locais (ROLIM, 1989, p. 26)

Neste sentido, segundo o autor, o catolicismo sincrético e devocional influencia o crescimento e práticas dos grupos pentecostais. Interessante se faz destacar a convergência - ainda insuficientemente explorada no campo acadêmico - entre o avanço deste segmento religioso e a identificação com a cultura popular. Avançamos no próximo item com a intenção de discutir outras influências religiosas como o catolicismo popular e a dinâmica da expansão das igrejas neopentecostais pelo país.

4. As influências do catolicismo popular e a expansão das principais igrejas neopentecostais no país

Compreendemos que o novo pentecostalismo ou neopentecostalismo, surgido nas periferias urbanas, tem em suas práticas e ritualísticas vinculação maior com as práticas e crenças da cultura popular, não tendo vinculação estreita com os rituais católicos ou protestantes oficiais. Identifica-se a “adoração aos santos”, ainda que contraditoriamente, é uma prática pentecostal, que se remete a uma perspectiva histórica às práticas medievais, vinculadas especificamente ao catolicismo português.

A atitude que frequentemente tomam, no que se refere à religião antes praticada é de repúdio e rejeição à prática à devoção dos santos, esse é o elemento que marca a conversão, rejeita-se o passado em nome de uma nova religião (ROLIM, 1989). De origem portuguesa, por exemplo, temos no “Culto Popular do Espírito Santo” uma festa católica ainda presente no interior de Goiás (Pirenópolis) como “Festa do Divino Espírito Santo” ou “Festa do Divino”, à qual traz a experiência mística e religiosa, ainda que guardadas proporções e diferenças, próxima à religiosidade popular expressa nos cânticos e propostas adotadas pelos grupos pentecostais, em relação à adoração e devoção ao “Espírito Santo”

Como forma de melhor problematizar as correntes e matizes, políticas, ideológicas e geográficas procuraremos pormenorizar a história particular de cada congregação, esperando

deste modo contribuir para uma melhor análise histórica, procurando desnaturalizar as relações sociais estabelecidas, assim como sua influência crescente sobre os planos e diretrizes da Educação.

Na América Latina, o termo **evangélico** abrange as **igrejas protestantes históricas** (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista, Batista, Adventista), as **pentecostais** (Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção etc.) e as **neopentecostais** (Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra etc.). Grosso modo, o pentecostalismo distingue-se do protestantismo histórico, do qual é herdeiro, por pregar a crença na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, entre os quais se destacam os dons de línguas (glossolalia), cura e discernimento de espíritos, e por defender a retomada de crenças e práticas do cristianismo primitivo, como a cura de enfermos, a expulsão de demônios, a concessão divina de bênçãos e a realização de milagres (MARIANO, 2004, p. 134, grifo nosso).

Iniciaremos a problematização a partir da Congregação Cristã do Brasil (no Brasil, posteriormente), que é a mais antiga Igreja pentecostal registrada no país. Datada de 1910, Luigi Francescon de origem italiana, vindo dos Estados Unidos da América em 1909, fundou no interior do Paraná um pequeno núcleo pentecostal, posteriormente em São Paulo, no bairro do Brás, se inicia as atividades da primeira Igreja Oficial Pentecostal, sendo consideradas como igrejas pioneiras: Congregação Cristã no Brasil e Assembleia de Deus. Esta foi fundada por dois suecos, em Belém do Pará, em 1911 (MARIANO, 2004).

O “iluminismo”, não confundido com os preceitos do período iluminista, se trata de uma iluminação que os crentes acreditam receber diretamente do Espírito Santo, sendo uma característica básica da Congregação, tendo como diferença principal entre as denominações pentecostais. É uma das poucas correntes em que se prega a leitura e interpretação de forma individual e subjetiva, também não são adeptos das pregações públicas, prezando pela discrição absoluta de suas práticas e hábitos religiosos.

Em relação às liturgias, cargos e funções há a incomum presença do ancião, equivalente ao de pastor, que é o cargo mais elevado. Apresenta ainda a figura do cooperador, equivalente ao presbítero, ou auxiliar do ancião, o qual é permitido dirigir uma Igreja local. Tem também o diácono, o qual se ocupa das tarefas assistenciais e na base da hierarquia o porteiro, o qual recepciona os fiéis cuidando, ainda que de forma não ostensiva, pela disciplina no templo. Como um colegiado para as decisões importantes há o chamado “conselho dos anciões”, responsável pelas diretrizes e doutrinas gerais da comunidade.

Dentre as Igrejas pentecostais, a “congregação” é talvez uma das mais rigorosas quanto aos modos e costumes de seus membros. Ainda hoje nos seus cultos homens e

mulheres ocupam lugares separados, sendo obrigatório às mulheres a utilização de vestidos compridos e véus em suas cabeças, sendo proibido homens e mulheres se cumprimentarem durante as cerimônias. Se trata de uma Igreja concentrada especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Quanto à Igreja Assembleia de Deus, também uma das “igrejas de massa” (em números absolutos a 2ª maior do país), foi fundada em Belém do Pará no ano de 1911 por dois missionários suecos, vindos dos Estados Unidos da América, Daniel Berg e Gunnar Vingren, sendo oriunda de uma dissidência da Igreja Batista, de origem presbiteriana. Iniciou sua expansão pela região Norte do país e pelo Maranhão fez sua entrada na região Nordeste. A Assembleia seguiu um itinerário inverso ao da Congregação. Enquanto esta seguiu do Sul para o Nordeste, aquela desceu do Pará para os Estados do Sul (ROLIM, 1989).

Conforme aponta Mariano (2008), essa igreja possui um modelo descentralizado, com grande autonomia local, concedendo alto grau de poder decisório local, com a presença de bispos e pequenos papas. Duas grandes entidades dirigem as principais denominações “assembleianas” no Brasil: a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB)⁵ e a Convenção Nacional das Assembleias de Deus Madureira (CONAMAD)⁶. A Assembleia de Deus, junto com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), possui uma inegável influência nos rumos políticos deste movimento religioso, sendo as igrejas que logram, por exemplo, maior visibilidade pública e sucesso na política partidária (MARIANO, 2004, p. 123).

Em maior ou menor grau, a maioria das igrejas pentecostais, como a Assembleia de Deus, possui suas convenções ou assembleias de pastores, os quais se constituem como instancias máximas de poder institucional. Destas assembleias, viriam o poder para a nomeação de pastores e presbíteros, entretanto este poder é concentrado apenas nestas instâncias, não sendo comum a participação direta dos fiéis nas respectivas escolhas e indicações.

Tem-se assim na organização destas Igrejas, uma hierarquia no topo do governo de cada Igreja um grupo de pastores, a Convenção. Depois no governo das Igrejas locais os pastores designados pela Convenção, auxiliados pelos presbíteros. Finalmente na base, a grande maioria dos crentes que seguem as determinações que vem de cima (ROLIM, 1989, p. 41).

⁵ Disponível em: <http://www.cgadb.org.br/> Acessado em 12 jun 2021

⁶ Disponível em: <https://www.madureiranacional.com.br/> Acessado em 12 jun 2021

A Igreja Universal do Reino de Deus se trata da maior denominação neopentecostal do Brasil, e talvez do mundo. O neopentecostalismo, enquanto movimento cristão, começa a partir dos anos de 1970 a ganhar uma identidade própria, e ganhando força e poder político a partir especialmente dos anos 1980. Suas principais Igrejas são: a Universal do Reino de Deus (1977, RJ), a Internacional da Graça de Deus (1980, RJ), a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976, GO) e a Renascer em Cristo (1986, SP) (MARIANO, 2004).

O neopentecostalismo é assim chamado devido às mudanças de direcionamento dos denominados pentecostais - estes já uma dissidência do movimento protestante original - se trata de um grupo religioso que se pauta principalmente pela adesão quase que total à Teologia da Prosperidade. No plano teológico, caracterizam-se por enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo e seus representantes na terra, por pregar a Teologia da Prosperidade, difusora da crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, e por rejeitar usos e costumes de santidades pentecostais, tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo.

A denominação de Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), foi fundada em 1977 na Zona Norte do Rio de Janeiro, e em menos de três décadas teve um crescimento vertiginoso, se transformando no mais surpreendente e bem-sucedido fenômeno religioso do país, atuando de forma destacada no campo político e principalmente na mídia eletrônica. Com sua acelerada expansão, especialmente entre o público menos escolarizado das periferias urbanas, público também frequente à Educação de Jovens e Adultos.

À essa população, a Igreja Universal ofereceu um espaço para contato, ritos de estimulação e encorajamento, formas de canalização do descontentamento e de minimização da baixa estima. Em seus templos as pessoas encontraram uma ideologia propulsora de ação social e, ao mesmo tempo, discursos apropriados para a mistificação das causas que geraram doença, pobreza, miséria e o vertiginoso descenso socioeconômico até o “fundo do poço”. **Trabalhando com valores típicos da cultura popular brasileira, e de seus mitos**, a IURD retomou antigos argumentos que atribuem ao diabo a causalidade única por todos os males (CAMPOS, 1996, p. 03, grifo nosso)

Ainda de acordo com Campos (1996) essa vertente religiosa dialogou com um público que enfrentava um “desencantamento” social oriundo da chamada década perdida de 1980, em que o baixo crescimento da economia aliado às altas taxas de inflação dava a tônica da economia, num período recém-saído do totalitarismo, encontra nas periferias urbanas um espaço ideal para a propagação de sua ideologia cristã e política.

Desde o princípio a IURD adota a estratégia da evangelização eletrônica enquanto diferencial, entre as outras denominações, apesar de o neopentecostalismo se destacar principalmente pela utilização do rádio e principalmente da televisão enquanto meio de divulgação e expansão. O caso da IURD toma novas proporções, com a compra inclusive da segunda maior emissora de televisão aberta do país, a Rede Record de televisão, adquirida em 1990 pelo grupo religioso, apesar de ser uma emissora que produz conteúdos não evangélicos, há em seus horários televisivos um espaço reservado à propagação direta de evangelização. Aliás, conforme outras emissoras assim o fazem, inclusive para a Igreja Católica, transmitindo missas e pregações. Em sua estrutura eclesiástica verticalizada o controle das ações evangélicas pertence ao autoproclamado Bispo Edir Bezerra Macedo, chefe administrativo e líder político e religioso do movimento.

De acordo com Campos (1996) ao deixar de ser movimento e assumir uma postura de organização, passou a enfrentar novos dilemas e a testar um estilo administrativo centralizador, estruturado de cima para baixo, ao redor de uma liderança carismática. Neste sentido o governo centralizado coíbe a autonomia e discricionariedade de seus pastores locais, sendo os mesmos removidos rotineiramente de suas igrejas locais, não gerenciando os dízimos recolhidos, ao mesmo tempo que entre os fiéis, não há alguma escolha de suas lideranças locais ficando a cargo da administração central da IURD a movimentação de seus pastores e lideranças. Em relação à formação de seu corpo de pastores, há a predominância da chamada “formação em serviço”, ou seja, para ser pastor na IURD os requisitos principais são: conversão; dedicação e vontade de fazer a obra de Deus.

Não há uma escola nacional de pastores, sendo a sua formação ligada especialmente à prática cotidiana e ao diálogo com a cultura oral e popular (ROLIM, 1989). Para o aspirante a pastor basta aprender a reproduzir corretamente o que os pastores titulares fazem no púlpito e para avançar na hierarquia eclesiástica, precisam demonstrar elevada capacidade de coletar dízimos e ofertas, habilidade tida como sinal de bênção divina (MARIANO, 2004).

5. Teologia da prosperidade enquanto projeto político e pedagógico

Na Teologia da Prosperidade⁷ é fundamental para o “bom” cristão, especialmente às lideranças religiosas, uma aparência próspera, como convencer os fiéis de que a doutrina funcionaria senão vinculada às demonstrações de prosperidade entre suas lideranças. Portanto, sob este ponto de vista teológico, os princípios e valores como a negação a uma vida material

⁷ Se trata de uma teologia político-religiosa, alinhada ao capitalismo, em que os sinais externos de prosperidade; o sucesso financeiro, deve indicar a “benção divina”. Defende ainda a importância do dízimo como indicio de fé.

próspera estão fora de cogitação, sendo a prosperidade material uma verdadeira qualidade do cristão. Necessário se faz reiterar que esta lógica ligada ao protestantismo neopentecostal, esta intrinsecamente ligada ao capitalismo

No capitalismo o homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como um meio para a satisfação de suas necessidades materiais. Essa inversão daquilo que chamamos de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio guia do capitalismo (WEBER 1987, p. 21).

O fenômeno teológico o qual relaciona a “benção” divina enquanto atributo das pessoas bem-sucedidas amplia-se em um novo movimento, aparentemente laico, porém essencialmente ligado à mesma perspectiva, por exemplo, o “coaching”⁸, que procura relacionar, de forma menos ostensiva, o sucesso material às bênçãos divinas ao chamado pensamento positivo. Apontamos com base nas estruturas capitalistas de base a impossibilidade de sua realização “em massa” por conta das assimetrias sociais e econômicas “do sistema”. Neste sentido, destacamos o conceito hegeliano de “passagem em seu oposto”, em que o auge de determinado sistema social ou de pensamento coincide com seu declínio (HEGEL, 2011).

Com isso, há um retrocesso nas pautas morais e de costumes gradualmente implantada após a globalização do pensamento neoliberal, especialmente nos países capitalistas periféricos latino-americanos para os quais, sobre forte influência cristã, a agenda moral atinge parte considerável da população de baixa escolaridade, campo adequado ao crescimento das doutrinas ligadas às novas concepções protestantes não tradicionais, especialmente as neopentecostais.

Uma nova conformação do neoliberalismo, por sua vez, retoma a defesa da regulação pró-mercado dos anos 1990, acompanhada da redução de direitos sociais e investimentos públicos. Ela agora se apresenta com conteúdo moral renovado. Para além do mérito, emerge uma ideologia antipluralista e anticosmopolita. Em seus padrões atuais, o neoliberalismo parece recusar alguns de seus desenvolvimentos anteriores (BIROLI, 2018 p. 83)

Na esteira do pensamento de Fajardo (2015), aponta-se um esgarçamento das propostas e convicções centrais doutrinárias. Segundo ele, um tecido colocado sob pressão mesmo diante das inúmeras fissuras que possam surgir mantém um mínimo de integridade, ou seja, o movimento (neo) pentecostal pode avançar na medida que propõe alguns padrões

⁸ A palavra de origem inglesa e oriunda de "coach", que significa treinador. Este tem o objetivo de encorajar e motivar o seu cliente a atingir um objetivo, ensinando novas técnicas que facilitem seu aprendizado.

básicos, mas outros “fios” que se rompem são os usos e costumes, que podem ser para algumas lideranças locais indispensáveis ou dispensáveis. Entretanto este pensamento se aplicaria mais adequadamente às Igrejas de massa descentralizadas e pulverizadas como as assembleianas, no caso da IURD, e sua estrutura hierárquica fortemente preservada ainda se mostra reticente à uma perspectiva esgarçada.

A IURD em sua formação pedagógica destinada às suas lideranças locais manteve no início dos anos 1990 uma Faculdade de Teologia (FATURD), que funcionava no Rio de Janeiro e oferecia cursos de Teologia, além de cursos básicos de formação pastoral. Entretanto rapidamente esta Faculdade foi extinta, sendo inclusive criticada pelo líder congregacional, em sua obra “A libertação da Teologia”, em que defende “cristianismo de muita teoria e pouca prática; muita teologia, pouco poder; muitos argumentos, pouca manifestação; muitas palavras, pouca fé” (Macedo *apud* MARIANO 2004, p. 128).

Compreendemos ainda que longe de nos afastarmos da “pedagogia” entendida de uma forma superficial como campo ligado apenas às práticas didáticas e filosóficas da educação, defendemos que a compreensão dos sujeitos, suas crenças e hábitos, inclusive religiosos nos permite avançar de uma análise superficial à uma tentativa de uma compreensão totalizante, concordando com Marx (2016) em sua crítica aos sistemas de produção e reprodução para além do economicismo, mas procurando na vida e história das pessoas como sujeitos uma análise das relações sociais. Nos ensina o autor do Materialismo Histórico-dialético, que as respectivas categorias produção e reprodução devem ser observadas não apenas em seu aspecto material concreto e objetificado na mercadoria, mas para além da mercadoria, na vida e nas relações que se estabelecem a partir disto (PINEL: RÊSES, 2021).

6. Considerações finais

Apresentamos uma problematização introdutória das principais correntes evangélicas, entretanto, não pretendemos dar conta de todas as correntes deste movimento religioso, tendo em vista a grande influência que este grupo passa a ter sobre a Educação, especialmente após a eleição presidencial de 2018. Observamos um cenário, em que as bandeiras ultraconservadoras do espectro político e social, calcadas na religiosidade avançam sobre o pensamento pedagógico, ainda que possamos observar cronologicamente que na história da educação, especialmente a brasileira, não é recente a influência dos grupos religiosos sobre os rumos e diretrizes das políticas educacionais. O ineditismo ocorre na

medida em que os grupos ligados à Igreja Católica se encontram à margem deste processo capitaneado pelos evangélicos, enquanto grupo político de expressão e poder político concreto, especialmente nos Legislativos (nacional, estadual e municipal).

A escalada do poder neopentecostal parece chegar no seu ápice quando da indicação do ex-ministro Ricardo Velez Rodrigues (2019 – 2019), ainda que brevemente à frente do Ministério de Educação (MEC). Este foi abertamente apoiado, inicialmente pelos grupos ligados às Igrejas Neopentecostais, após a breve e polêmica passagem de Abraham Weintraub (2019 – 2020), consolidando-se a pasta entregue ao grupo evangélico quando da nomeação de Milton Ribeiro (2020), teólogo de formação, pastor presbiteriano, ex-reitor da universidade Mackenzie.

Neste momento ressaltamos o ineditismo político de tal situação, em relação à educação brasileira, retomando à Reforma Pombalina (1759 -1822), um marco da Educação Brasileira, em que houve a expulsão dos jesuítas no país, e o conseqüente alijamento – ainda que momentâneo e aparente – da influência católica nos rumos e ditames da educação no país. Assim, nos parece que o poder efetivo das políticas educacionais, ao menos no plano nacional, ainda que não absoluto, encontra-se momentaneamente nas mãos dos grupos ligados aos evangélicos neopentecostais.

Salienta-se que foi a primeira vez na história da República que o cargo político principal da Educação é ocupado por uma liderança religiosa evangélica, apontando o possível declínio político momentâneo da Igreja Católica sobre a pasta, e sobre a educação no Brasil, ressaltando ainda a crescente influência especialmente nas periferias urbanas entre as pessoas de baixa escolaridade do poder ideológico do pensamento cristão conservador sobre as práticas educativas no bojo escolar.

Portanto, cabe à sociedade civil; aos movimentos sociais organizados e progressistas; aos pesquisadores e à Academia uma reflexão profunda sobre o tema, buscando alternativas de modo a manter a laicidade enquanto preceito constitutivo e fundamental da educação brasileira.

Referências

BIROLI, Flávia. *Reação conservadora, democracia e conhecimento*. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 83-94, 2018.

BORIN, Luiz. *História do Ensino Religioso no Brasil*. Ed. Santa Maria, E-Book, UFSM, Santa Maria - RS, 2018.

BRASIL. *Lei Federal Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. 1996.

COLLIN, Denis. *Compreender Marx*. Brasília: Ed, Vozes, 2019.

CURY, Carlos. A educação e a primeira constituinte Republicana. In: FÁVERO, O. (Org.) *A Educação nas constituintes brasileiras (1823 – 1988)*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FAJARDO, Maxwell. *Onde a luta se travar: a expansão das Assembleias de Deus no Brasil urbano (1946-1980)*. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2015. 358 f.

GARRARD-BURNETT, Virginia. *A vida abundante: a teologia da prosperidade na América Latina*. História: Questões & Debates, v. 55, n. 2, 2011.

HEGEL. Georg. *Ciência da lógica*. São Paulo: Barcarolla, 2011

IBGE. *CENSO 2010*. Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 19/10/2020, v. 23, 2010.

JUNQUEIRA, Sergio. *Concepções do ensino religioso*. Revista Numen, v. 16, n. 1, 2013.

MARIANO, Ricardo. *Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos*. Revista de Estudos da religião, v. 4, 2008.

_____. *Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal*. Estudos avançados, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 8, n. 1, p. 187-266, 2016.

PINEL, Wallace Roza; RÊSES, Erlando da Silva. *O crescimento do discurso religioso ultraconservador e sua influência nas políticas de educação no Brasil*. Revista Interfaces da Educação, Paranaíba, v.12, n.34, p. 78-92, 2021

RÊSES, Erlando da Silva; PINEL, Wallace Roza. *Estudantes no cárcere: uma análise a partir da categoria religião na Penitenciária Feminina do Distrito Federal*. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, Salvador, v. 6, p. 66-76, 2018

ROLIM, Francisco. *O que é pentecostalismo*. Editora Brasiliense, 1987.

SAVIANI, Dermeval. *Política educacional brasileira: limites e perspectivas*. Revista de Educação PUC-Campinas, n. 24, 2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4439*. Relator: Ministro Roberto Barroso. BRASIL. 2017.

XIMENES, Salomão. *in* MENGUE Priscilla. Uma em cada 5 escolas do Brasil não oferece ensino religioso. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de setembro de 2017.
<<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/09/28/uma-em-cada-5-escolas-do-brasil-nao-oferece-ensino-religioso.htm/>>, acesso em 15/10/2020.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 5ª edição. São Paulo, 1987.

El conservadurismo religioso y su influencia en la educación de poblaciones de bajo educativo

Resumen

Este texto propone una discusión sobre la expansión de las iglesias neopentecostales en Brasil y su influencia en la educación y la población con bajo nivel educativo, buscando resaltar aspectos que todavía están presentes en la educación brasileña hoy, como la historia de la educación religiosa; el crecimiento de la población que se declara evangélica de las corrientes neopentecostales; las influencias de la cultura popular en las prácticas religiosas y finalmente la discusión sobre la Teología de la Prosperidad desde un punto de vista político y pedagógico. Para llevar a cabo este propósito se utilizó la investigación bibliográfica y la revisión de la literatura. Se verificó cuán abrumadora es la influencia del pensamiento conservador y neopentecostal en la Educación y en el público con bajo nivel educativo.

Palabras clave: Enseñanza Religiosa; Políticas de Educación Pública; Neopentecostalismo

Le conservatisme religieux et son influence sur l'éducation des populations à faible formation

Résumé

Ce texte propose une discussion sur l'expansion des églises néopentecôtistes au Brésil et leur influence sur l'éducation, en cherchant à mettre en évidence des aspects encore présents dans l'éducation brésilienne, tels que l'histoire de l'éducation religieuse ; la croissance de la population qui se déclare évangélique ; les influences de la culture populaire sur les pratiques religieuses et enfin la discussion sur la théologie de la prospérité d'un point de vue politique et pédagogique. Pour mener à bien cette intention, on a eu recours à la recherche bibliographique et à la revue de la littérature. Il a été constaté à quel point l'influence de la pensée conservatrice et néo-pentecôtiste dans l'éducation et le public peu scolarisé est écrasante.

Mots-clés : Éducation religieuse ; politiques d'éducation publique ; Néo-pentecôtisme

Religious conservatism and its influence on the education of low educational populations

Abstract

This text proposes a discussion about the expansion of neo-Pentecostal churches in Brazil and their influence on Education and population with low education, seeking to highlight aspects that are still present in Brazilian education today, such as the history of religious education; the growth of the population that declares itself to be evangelical from neo-Pentecostal currents; the influences of popular culture on religious practices and finally the discussion on the Theology of Prosperity from a political and pedagogical point of view. To carry out this intention, bibliographical research and literature review were used. It was verified how overwhelming is the influence of conservative and neo-Pentecostal thinking on Education and public with low education levels.

Keywords: Religious Teaching; Public Education Policies; Neopentecostalism;